

**MULHERES CAMPONESAS NO ASSENTAMENTO BARREIRINHO - MG:
CULTIVANDO O FUTURO ATRAVÉS DO POTENCIAL EXTRATIVISTA DO
CERRADO**

**RURAL WOMEN IN BARREIRINHO SETTLEMENT - MG: CULTIVATING
THE FUTURE THROUGH THE EXTRACTIVE POTENTIAL OF THE
SAVANNA**

**MUJERES CAMPESINAS EN EL ASSENTAMIENTO BARREIRINHO - MG:
CULTIVANDO EL FUTURO A TRAVÉS DEL POTENCIAL EXTRACTIVISTA
DEL CERRADO**

Cássia Betania Rodrigues dos Santos

Pós-Doutoranda no departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: cassiageoterra@hotmail.com

Resumo

O trabalho com o extrativismo do cerrado tem sido uma oportunidade para as mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores sem Terra tornarem-se pessoas autônomas e protagonistas na luta pela terra, e aprendendo também, sobre o cuidado e manutenção da natureza, sobre a importância do trabalho coletivo e respeito à vida. Entendemos isso também como uma forma de Educação Ambiental. Assim o objetivo principal desse artigo é de compreender como as mulheres do assentamento Barreirinho ressignificam a atividade extrativista para além de uma atividade econômica, mas como uma forma de Educação Ambiental, autonomia e sustentabilidade. Trazemos para essa discussão um estudo de caso sobre o assentamento chamado “Barreirinho”, onde as mulheres criaram uma cooperativa de produtos extrativistas com o intuito de melhorar a condição financeira com cuidado ambiental.

Palavras- Chave: Atividade Extrativista, Assentamento Barreirinho, Mulheres Camponesas.

Abstract

Working with Cerrado extraction activities has provided an opportunity for women activists from the Landless Workers' Movement to become autonomous individuals and protagonists in the struggle for land. They have also learned about the care and preservation of nature, the importance of collective work, and respect for life. We also understand this as a form of Environmental Education. Therefore, the main objective of this article is to understand how women from the Barreirinho settlement redefine extractive activities beyond economic endeavors, viewing them as a form of Environmental Education, autonomy, and sustainability. We present a case study of the settlement called "Barreirinho," where women have established a cooperative for extractive products with the aim of improving their financial condition while caring for the environment.

Keywords: Extractive Activity, Barreirinho Settlement, Peasant Women.

Resumen

El trabajo en la extracción en el cerrado ha sido una oportunidad para las mujeres militantes del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra para convertirse en personas autónomas y protagonistas en la lucha por la tierra, aprendiendo también sobre el cuidado y la preservación de la naturaleza, la importancia del trabajo colectivo y el respeto por la vida. También entendemos esto como una forma de Educación Ambiental. Por lo tanto, el objetivo principal de este artículo es comprender cómo las mujeres del asentamiento Barreirinho resignifican la actividad extractiva más allá de una actividad económica, sino como una forma de Educación Ambiental, autonomía y sostenibilidad. Presentamos en esta discusión un estudio de caso sobre el asentamiento del llamado "Barreirinho", donde las mujeres han creado una cooperativa de productos extractivos con el propósito de mejorar su situación financiera con un enfoque en la protección del medio ambiente.

Palabras clave: Actividad Extractiva, Asentamiento Barreirinho, Mujeres Campesinas.

INTRODUÇÃO

No contexto do campo brasileiro, o papel do trabalho feminino é sistematicamente subestimado, frequentemente relegado a uma mera contribuição ao esforço laboral masculino. Para as mulheres camponesas, enfrentar desafios adicionais, como aquisição de terras, acesso a financiamentos, serviços públicos e insumos, é uma realidade marcada por obstáculos intransponíveis.

As estatísticas contundentemente revelam que as mulheres que habitam as áreas rurais do país são as que mais sofrem com a desigualdade, seja ela de ordem social, política ou econômica. Surpreendentemente, apenas 30% delas possuem a propriedade formal de suas terras, um mero 10% conseguem acessar recursos financeiros, e um mero 5% têm à disposição a assistência técnica tão necessária para prosperar neste cenário desafiador (FERNANDES; MOTA, 2014).

Não obstante os inúmeros obstáculos que enfrentam, o desempenho feminino na unidade familiar de agricultura assume um papel de primordial relevância. De acordo com Bojanic (2017), as mulheres que labutam nos territórios rurais são responsáveis por mais de 50% da produção global de alimentos. Elas plantam e colhem nas hortas familiares de maneira sustentável, efetivamente contribuindo para a conquista da soberania alimentar.

No vasto leque de atividades desempenhadas pelas mulheres camponesas, encontra-se também o extrativismo, uma prática ancestral presente nos diversos biomas

do Brasil. A execução dessa tarefa exige um profundo conhecimento da natureza e um respeito inabalável pelos ciclos naturais. Conforme apontado por Tonini (2006), o extrativismo assume uma relevância inestimável, uma vez que, além de contribuir para o sustento das famílias, ele atua como uma barreira crucial para a expansão do desmatamento em determinadas regiões. Portanto, ele transcende o simples ato de coletar matérias-primas e gerar renda para produtos alimentícios e artesanais, adquirindo a faceta de uma estratégia para a preservação ambiental e a promoção da sustentabilidade.

Neste contexto, a produção camponesa oriunda do extrativismo assume uma dimensão robusta e multifacetada. Ela abraça a coleta, o processamento e a comercialização de produtos provenientes da vasta biodiversidade nativa, sustentando sua viabilidade nos pilares econômicos, ambientais e sociais, ancorada na premissa da diversificação de produtos. Dessa forma, não apenas reconcilia a imperativa conservação ambiental com a inclusão social, mas também engendra uma notável melhoria na qualidade de vida das comunidades envolvidas, como argumentado por Carrazza (2010).

Ademais, é imperativo destacar a relevância da atuação das mulheres como protagonistas inegáveis na contenda pela terra e pela conquista de autonomia, um movimento que ganha ímpeto e floresce com proeminência no seio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) desde as décadas de 80 e 90. Por conseguinte, a luta incessante das mulheres ligadas ao MST assegura o reconhecimento pleno de seu estatuto como agricultoras, transcendendo a tradicional categorização de meras cuidadoras domésticas e mães, para se firmarem como figuras igualmente competentes aos homens no âmbito da produção agrícola, conforme elucidado por Heredia e Cintrão (2006). Nesse processo, a mulher conquista uma visibilidade social, jurídica, econômica e política de vital importância.

A partir desta contextualização sobre o labor das mulheres camponesas e a prática do extrativismo, adentramos agora em um cenário mais particular e profundamente enraizado: um estudo de caso meticuloso no estado de Minas Gerais, mais especificamente no assentamento conhecido como "Barreirinho". Este assentamento, sob a égide do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), emerge como um epicentro onde as mulheres têm galgado uma jornada de significativa relevância, desempenhando

um papel de destaque na produção de alimentos originados do extrativismo nos domínios do cerrado. Nesse ambiente, elas não apenas desempenham um papel crucial, mas também unem forças para criar a "Associação de Mulheres Agricultoras", suscitando uma ponderação instigante sobre a intersecção entre trabalho, conhecimento e cuidado/respeito pela natureza. Surge, portanto, a questão central que nos instiga a explorar se essas mulheres estão conferindo ao seu labor uma dimensão mais abrangente, transformando-o em um veículo de Educação Ambiental, autonomia individual e coletiva, bem como sustentabilidade.

Sendo assim, o objetivo primordial deste artigo transcende a mera investigação econômica; almeja, sobretudo, compreender como as mulheres que integram o assentamento Barreirinho estão redefinindo o extrativismo não apenas como uma atividade de subsistência, mas também como um instrumento de Educação Ambiental, um veículo de empoderamento individual e coletivo, bem como um pilar fundamental para o estabelecimento de práticas sustentáveis.

Nesse contexto, integramos à perspectiva do trabalho extrativista a Educação Ambiental, concebendo-a como um princípio crítico capaz de incitar uma reflexão mais profunda e política, com o propósito de construir uma sociedade menos permeada pela desigualdade e mais comprometida com a preservação e a proteção do meio ambiente. Destaquemos alguns dos elementos fundamentais presentes na prática pedagógica da Educação Ambiental:

capacidade coletiva em identificar e resolver desafios socioambientais, a intencionalidade no ato educativo, a descentralização e distribuição justa de atribuições entre os participantes, o conhecimento construído pelo diálogo e pelo enfrentamento de posições e ideias, a capacidade de os envolvidos relacionarem desafios ambientais com o contexto social, bem como, a explicitação de conflitos para encontro de alternativas adequadas aos desafios coletivamente identificados, levando em consideração a impessoalidade e o respeito, numa convivência plural e democrática, em favor da aprendizagem coletiva. A EA, portanto, fundamenta o processo de intervenção nos desafios socioambientais locais, ou seja, acesso a decisões e ações de forma coletiva e autônoma. (SANTOS; MEDEIROS; SILVA, 2013 p. 892).

A partir da análise desses elementos, torna-se cada vez mais evidente o quão profundamente interligada está a produção camponesa com as perspectivas da Educação

Ambiental. No contexto rural, onde essa produção se destina primariamente ao consumo familiar e à preservação da própria vida, ela desempenha um papel crucial na mitigação dos impactos tanto sociais quanto ambientais.

É imperativo compreender que a Educação Ambiental transcende em muito a simples abordagem do meio ambiente; ela engloba também as intrincadas relações entre os seres humanos e o meio ambiente. Nesse contexto, acreditamos firmemente que as experiências locais e regionais, com destaque para o assentamento Barreirinho, desempenham um papel de extrema relevância ao fortalecer as organizações coletivas de mulheres. Este estudo evidencia, de maneira inegável, o contexto da autonomia das mulheres no MST, marcado por sua luta incansável pela geração de renda, melhoria da qualidade de vida de suas famílias, conquista da autonomia e preservação da natureza.

Assim, essas experiências locais não apenas se destacam como um farol de esperança no caminho rumo a uma sociedade mais igualitária e ecologicamente consciente, mas também como um testemunho vivo do poder transformador da Educação Ambiental quando incorporada ao cotidiano das comunidades rurais.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para a condução desta pesquisa baseou-se no estudo de caso, uma abordagem que, conforme a definição de Gil (2002), se caracteriza por ser um mergulho profundo e minucioso em um ou poucos objetos de estudo, permitindo a obtenção de um conhecimento abrangente e detalhado sobre os mesmos.

Neste contexto, o estudo de caso proporcionou uma imersão aprofundada na dinâmica do extrativismo no assentamento Barreirinho, bem como na vida das mulheres que desempenham um papel central nesse contexto, notadamente através da Associação que criaram. Para coletar informações junto às entrevistadas, empregou-se a técnica da roda de conversa, a qual, conforme Moura e Lima (2014), se configura como um meio eficaz para promover a interação entre os participantes do grupo. Esta abordagem permite ao pesquisador participar indiretamente das conversas, ao mesmo tempo em que estimula a geração de temas para discussão. A roda de conversa propicia que os sujeitos envolvidos se escutem mutuamente, expressando suas concordâncias e discordâncias.

A roda de conversa foi conduzida com a participação de três mulheres camponesas do assentamento Barreirinho, criando um ambiente propício para a exploração da problemática em questão, ao permitir a coleta de narrativas que, como destacado por Bauer e Gaskell (2010), constituem uma forma fundamental de expressar as experiências humanas. Vale ressaltar que as questões apresentadas ao grupo não visaram simples respostas objetivas, mas sim a obtenção de diferentes perspectivas e opiniões complementares, com o intuito de melhor compreender a complexidade da realidade em análise.

No próximo segmento deste artigo, adentraremos em algumas categorias cruciais para o desenvolvimento deste estudo, explorando conceitos como empoderamento, Educação Ambiental e a contribuição das mulheres trabalhadoras no contexto do extrativismo no cerrado.

EMPODERAMENTO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO EXTRATIVISMO DO CERRADO

A Educação Ambiental tem experimentado um notável crescimento em destaque e importância desde a década de 1990, consolidando-se como um componente no panorama do currículo escolar contemporâneo. Figuras de destaque no campo acadêmico, a exemplo de Sato e Passos (2003), não apenas reconhecem a relevância premente dessa temática, mas também identificam as limitações teóricas inerentes às abordagens de Educação Ambiental endossadas pelo poder público nos estabelecimentos educacionais.

A Educação Ambiental se constrói efetivamente por meio da participação ativa nos movimentos sociais do campo, águas e florestas. Estes movimentos desempenham um papel integral na compreensão da interação com o ambiente natural. Eles não somente ensinam, mas também inspiram indivíduos a desenvolver uma consciência sensível e ativa em relação à natureza, ao mesmo tempo em que demonstram como essa relação é intrinsecamente dinâmica e sujeita a transformações contínuas em consonância com as mudanças das demandas e as evoluções do meio ambiente.

Nessa perspectiva dos movimentos sociais do campo, a Educação Ambiental implica na capacidade coletiva de identificar e solucionar desafios socioambientais. Ela

reside na intencionalidade inerente ao processo educacional, na descentralização de responsabilidades e na justa distribuição destas, na construção do conhecimento através do diálogo e do confronto de ideias, bem como na interligação entre questões ambientais e o contexto social, juntamente com a resolução de conflitos visando ao aprendizado coletivo (SANTOS; MEDEIROS; SILVA, 2013).

A Educação Ambiental transcende a mera preservação do meio ambiente; ela aborda as complexas relações entre os seres humanos e o meio ambiente. Estes princípios tangenciam a prática comunitária das comunidades camponesas, cuja produção se destina, predominantemente, ao consumo próprio, em contraposição ao capitalismo, cujo objetivo é o lucro e que frequentemente inflige impactos negativos ao meio ambiente.

A instituição familiar desempenha um papel primordial para o campesinato, que encontra no extrativismo uma fonte vital de subsistência. O extrativismo compreende a coleta, processamento e comercialização de produtos da biodiversidade nativa, contribuindo de maneira substancial para a conservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades (CARRAZZA, 2010).

Este estudo concentra-se nas mulheres camponesas do assentamento Barreirinho, que desempenham um papel essencial na promoção da sustentabilidade e na manifestação da essência da Educação Ambiental através de suas atividades extrativistas. O empoderamento delas se evidencia na medida em que adquirem consciência de sua capacidade de transformar não apenas sua própria condição econômica, mas também o território em que habitam.

O empoderamento das mulheres no contexto camponês envolve o reconhecimento da igualdade de gênero, a subversão de estereótipos e a promoção de sua participação ativa nas tomadas de decisão. Sob a ótica feminista, o empoderamento representa a conquista da liberdade, a contestação das estruturas patriarcais e o reconhecimento do valor intrínseco das mulheres (LISBOA, 2008).

As mulheres do assentamento Barreirinho enfrentam obstáculos, inclusive o preconceito advindo de outras mulheres pertencentes ao mesmo assentamento, à medida que buscam o empoderamento. Trata-se de um empoderamento que abarca não apenas a luta cotidiana pela inclusão econômica, mas também aspectos políticos, o acesso a uma

educação de qualidade e o bem-estar geral.

Hoje, as mulheres camponesas do Assentamento Barreirinho estão imersas em diversos setores e movimentos, desempenhando um papel vital em temas relacionados à agricultura sustentável, agroecologia, biodiversidade e soberania alimentar. Suas experiências, incluindo aquelas vinculadas ao extrativismo do Cerrado, fortalecem as organizações coletivas e contribuem para sua visibilidade social, reconhecimento legal, independência econômica e influência política.

Neste contexto, afirmamos enfaticamente que as experiências locais e regionais, notadamente as do assentamento Barreirinho, desempenham um papel crucial no fortalecimento das organizações coletivas, sobretudo aquelas lideradas por mulheres.

A ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE EXTRATIVISTA NO ASSENTAMENTO BARREIRINHO, UNAÍ, MINAS GERAIS

O cenário no qual a pesquisa se desenvolveu constitui um Assentamento cuja formação se deu por meio do esforço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representando um lugar emblemático de tenacidade e esperança em busca de um futuro mais promissor. Atualmente reconhecido como Barreirinho, outrora denominado Assentamento Índio Galdino, este território encontra-se situado no município de Unaí, localizado na região noroeste do Estado de Minas Gerais.

Em conformidade com a pesquisa realizada por Santos et al. (2017), a área abrangida pelo assentamento abarca uma extensão considerável de 9.225,00 hectares. A dimensão dos lotes que compõem este assentamento apresenta variações significativas, influenciadas pela sua localização específica, oscilando entre 20 e 60 hectares. Este contexto, forjado a partir de um compromisso coletivo de luta e resiliência, confere relevância singular às investigações conduzidas neste território.

Vale ressaltar que o assentamento ainda não foi formalmente reconhecido pelo INCRA como um assentamento devido a 50% das terras de preservação ambiental que deveriam pertencer ao assentamento estarem nas mãos de grileiros. Esta situação se tornou problemática para a comunidade, uma vez que os grileiros originais venderam as terras com documentos falsificados, e agora os atuais ocupantes não têm intenção de sair,

pois já pagaram pelos terrenos. Atualmente, o assentamento abriga aproximadamente 180 famílias, conforme indicado por Santos et al. (2017), a maioria das quais tem raízes na região há mais de um século.

No que diz respeito à topografia, o assentamento inclui áreas de chapadas e terrenos acidentados, chamados de "vãos" pela comunidade, mas mesmo essas áreas irregulares são utilizadas para cultivo. É uma região rica em fontes de água, desde nascentes até veredas, e é atravessada pelos rios São Miguel e Canabrava, que fazem parte da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Além disso, o território abriga ravinas e cavernas que contêm inscrições rupestres, fragmentos de cerâmica indígena e uma biodiversidade rica do Cerrado.

Apesar de existir há mais de 30 anos, o assentamento ainda sofre com a falta de infraestrutura básica, incluindo a ausência de eletricidade e de abastecimento de água encanada. A maioria das moradias foi construída pelos próprios moradores, frequentemente com materiais precários, como ripas de madeira ou lona.

A produção no assentamento é diversificada, incluindo hortas agroecológicas e o cultivo de maracujá, melancia, tomate, pepino, pimentão e abóbora, bem como a criação de animais (bovinos, aves e suínos) para a produção de leite e carne. Doces são produzidos, muitos deles com frutas do Cerrado. Além disso, a coleta de pequi, buriti e da favela é uma atividade importante, com os produtos sendo vendidos.

Para complementar a renda familiar, algumas famílias precisam trabalhar em fazendas vizinhas ou na cidade. É crucial destacar que grande parte do que é produzido no assentamento passa pelos atravessadores. Os atravessadores são sujeitos que se beneficiam da falta de organização e infraestrutura das comunidades rurais. Eles compram produtos a preços muito baixos, muitas vezes devido ao risco de deterioração, e depois os revendem a preços estabelecidos por eles mesmos (OLIVEIRA; MAYORGA, 2005, p. 03).

Na tentativa de reduzir a influência desses atravessadores e permitir que as mulheres do assentamento se envolvam mais nas atividades agrícolas e de coleta, além de melhorar a renda familiar, surgiu a ideia de criar uma Associação. Assim, nasceu a "Associação de Mulheres Camponesas Plantando o Futuro", que atualmente conta com

50 membros associados e outros em processo de Associação, com foco principal no trabalho de extrativismo. Como nos mostra a narrativa de Dona Pequi¹:

Essa Associação foi construída a partir do momento que a gente viu que o assentamento estava muito atrasado né. Eu passei a participar de muitos cursos, eu participei de um curso em Montes Claros, através do movimento, e através desse curso eu pude estar abrindo mais a mente, conheci pessoas que passou por várias lutas, até alguns assentamentos que estava enfrentando os mesmos problemas que nós e assim nós começou a discutir a tentar, a querer uma mudança no nosso assentamento (entrevista concedida pela Dona Pequi, camponesa do assentamento Barreirinho).

A contínua batalha das mulheres pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida de suas famílias constitui uma narrativa intrinsecamente enraizada na história. A historiadora Michelle Perrot (1988), em sua obra dedicada aos excluídos na narrativa histórica, realça a magnitude das mulheres nos movimentos operários e nas revoltas urbanas que abalaram a França durante o século XIX, em resposta aos flagelos da pobreza e da fome. Suas pesquisas sugerem que as mulheres pertencentes à classe trabalhadora se ergueram contra as injustiças de forma determinada sempre que a subsistência de suas famílias estava ameaçada, deixando um legado inegável de resistência e perseverança ao longo da história.

É preciso enfatizar que as ações empreendidas pelas mulheres do assentamento já estão gerando mudanças significativas, embora ainda não tenham se consolidado completamente. Essas mudanças têm repercussões notáveis na esfera econômica, bem como na valorização do papel das mulheres e na preservação do meio ambiente. No entanto, deve-se mencionar que a Associação das mulheres ainda não engloba todas as mulheres do assentamento e é relativamente recente. Ela completou 6 anos em 16 de dezembro de 2022.

A Associação é composta por aproximadamente 50 mulheres que se reúnem regularmente, geralmente na primeira quinta-feira do mês, com a possibilidade de encontros adicionais conforme necessário. No entanto, quando se trata de contribuir para o trabalho e tomar decisões importantes, elas contam com a participação de toda a família.

¹ Seguindo as diretrizes éticas da Plataforma Brasil, utilizamos pseudônimos baseados na flora do cerrado, escolhidos pelas entrevistadas, para preservar suas identidades.

Na verdade, a gente trabalha com as mulheres, tem as casadas que envolve os companheiros, os filhos e aí acaba juntando tudo, a família mesmo. Porque é um ajudando o outro. Tem uns companheiros que até participa das reuniões. Eles sempre estão nos debates, porque quer pedir opinião, leva para casa, aí sempre ta junto os dois, não tem como a mulher montar um projeto em casa sem a ajuda do companheiro também né. Tem alguns que tem alguma resistência, mas tem outros que acompanha. Porque tem uns que fala ne que quando é reunião de mulher então deixa as mulheres, mas sempre quando ta em casa, sempre quer dar palpite e tudo, agora tem uns que participa efetivamente nas reuniões e outros participam em casa dando palpite para as companheiras e a mulher leva para a reunião. (entrevista concedida pela Dona Pequi, camponesa do assentamento Barreirinho).

É interessante observar como os aprendizados e conquistas das mulheres têm um impacto significativo não apenas em suas famílias, mas também em seus relacionamentos com seus parceiros. Isso se torna evidente quando as mulheres associadas compartilham suas opiniões e apoiam o que seus esposos expressam e fazem em prol da Associação.

Além disso, as mulheres associadas que participaram da roda de conversa enfatizam que seus filhos e filhas estão se envolvendo no processo. Eles não apenas ajudam na colheita e no processamento dos frutos, mas também estão sendo inspirados a contribuir no futuro ou até mesmo a se envolver ativamente na Associação. Isso representa uma "nova concepção de viver" baseada na partilha de experiências, conhecimentos e sensibilidades em contextos cada vez mais orientados pela cooperação, solidariedade e gratuidade (BRANDÃO, 2005, p. 91).

As mulheres, motivadas pelo trabalho na Associação, também buscam sua própria formação. Embora apenas duas delas tenham concluído o ensino superior, o número de assentados e assentadas que buscam cursos superiores está aumentando. Eles já adotam uma postura crítica em relação à sua realidade e têm uma rica bagagem de militância, uma vez que estão comprometidos com o bem coletivo e incentivam o direito à expressão e participação.

Durante a roda de conversa, fica evidente que as mulheres da Associação reconhecem a importância de seu trabalho, mas também reconhecem que ainda há muito a ser feito para o desenvolvimento do assentamento. Nem todos têm a mesma consciência de como tirar seu sustento da terra e cuidar dela. No entanto, elas enfatizam que a terra é

fundamental, considerando-a uma palavra de luta que transformou suas vidas de "sem-terra" para "assentadas".

Para essas mulheres, a terra representa muito mais do que apenas o solo onde se faz o plantio; é o local onde a vida é reproduzida em sua plenitude. Elas afirmam que tudo na terra é importante e merece viver. A terra é vista como uma árvore que precisa ser cuidada, não apenas para seu próprio benefício, mas também para o benefício de outros seres que dela dependem. A falta dessa árvore pode resultar em problemas como a escassez de água. Portanto, quando não têm sua própria colheita ou criação para vender nas feiras, o Cerrado se torna sua fonte direta de sustento, seja por meio dos frutos que produz ou da água que proporciona. Mostrando assim o entendimento da integração ao ambiente, do aprendizado que precede a Educação Ambiental uma vez que:

As trilhas apontam que, para caminhar por uma EA, deve-se priorizar o meio onde se vive, pois é nele que também está a ciência popular, a lógica de determinada comunidade, de determinado grupo social, é onde se podem encontrar saberes que são próprios, particulares à vivência de cada grupo social (QUADROS, 2013, p.88).

Por isso que, nas narrativas percebemos o quanto é importante para essas mulheres ter outras mulheres na Associação, para partilhar o que sabem umas com a outras. E porque esse conhecimento é partilhado que o assentamento se desenvolve integralmente. Como já dizia Brandão (2005) durante os momentos de interação dentro da Associação, durante as visitas ao campo e na coleta de recursos, assim como na observação e vivência das atividades cotidianas, ocorre a construção e compartilhamento de conhecimentos. Praticamente todas as experiências que vivenciamos em nossas interações com outras pessoas ou com o ambiente natural podem se transformar em oportunidades de aprendizado. Cada troca de conhecimento e prestação de serviços a outra pessoa frequentemente se converte em uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos (BRANDÃO, 2005). Sobre isso a dona Mangaba reforça dizendo que

Você saber que se você é uma trabalhadora rural, você tem que saber que você tem que tirar o sustento ali da sua terra. Então não é só criar uma galinha, você criar um porco ou um peixe, você ta vendo ali no seu quintal um pé de pequi, de mangava, você tem que saber que aquilo ali também pode te dar um sustento. Você tem que ter em mente que tem que trabalhar a terra, viver a terra, e cuidar da terra, porque se vocês só tirar vai acabar, igual cuidar das nossas nascentes, do nosso cerrado. A

gente tem o recurso em casa e muitas vezes a gente não do valor naquilo que a gente tem. Então é uma forma de a gente abrir mais a mente, até do próprio grupo, mostrar que aquilo pode ser uma geração de renda continua. Mas eu já percebi que quando tem um fazendo o outro vai observando e o olhinho já vai brilhando. (entrevista concedida pela Dona Mangaba, camponesa do assentamento Barreirinho, grifo do autor).

Na narrativa das mulheres, é possível perceber a satisfação de terem construído e organizado a Associação, a conscientização da importância da Associação para o assentamento, bem como o empoderamento em relação ao que já realizaram e ao que ainda pretendem fazer. Embora nem todas as mulheres compartilhem dessa visão, pois algumas estão fora da Associação, e apesar das inúmeras dificuldades tanto na Associação quanto no assentamento, as mulheres associadas se reconhecem ao afirmar que

É um ponto muito positivo chegar onde nós chegamos hoje é como se a gente já tivesse pulado vários obstáculos, pra hoje pegar firme onde nós estamos, acho que é uma segurança, uma forma de você ter um futuro de vida melhor, futuramente para os filhos para a família. É chegar onde a gente não imaginava, embora a gente precise de muita luta pra chegar mais adiante, mas acho que é um ponto positivo. Eu poderia até dizer que chegar a ser uma mulher extrativista é como se a gente tivesse vindo de uma ponte e você querer ir sempre mais, crescendo. Ir sempre evoluindo... (entrevista concedida pela Dona Mangaba, camponesa do assentamento Barreirinho, grifo do autor).

De acordo com Toledo e Lisboa (2011, p. 5), "para que as mulheres alcancem o empoderamento, é necessário que melhorem sua autoimagem, acreditem em sua capacidade de transformar suas crenças sobre submissão e despertem para seus direitos." Zapata (2003) já destacava vários impulsionadores do empoderamento, incluindo autonomia econômica, participação em redes sociais, acesso ao conhecimento formal e informações, confiança e autoestima, bem como o desenvolvimento de habilidades e liderança.

Para Agarwal (1994), o direito à terra é um dos elementos cruciais no processo de empoderamento, mas não é suficiente por si só. O acesso a infraestrutura também é fundamental. Condições precárias podem impossibilitar atividades importantes para o desenvolvimento da Associação e do assentamento como um todo.

A realidade estudada é carente de infraestrutura. Além da falta de regularização

das terras, não há rede de energia elétrica. A maioria das casas no assentamento foi construída pelos próprios assentados, muitas vezes em condições precárias. Alguns lotes receberam assistência para a construção de casas, mas essa ajuda foi limitada. A ausência de energia elétrica é o principal obstáculo ao desenvolvimento das atividades extrativistas das mulheres na Associação.

Dessa forma, nas narrativas das mulheres, fica evidente que há muito a ser aprimorado na Associação, e essa melhoria só ocorrerá por meio de lutas pelos direitos e pela formação com o objetivo de envolver mais mulheres. Elas demonstram uma forte determinação e compreendem que os resultados da Associação dependem do esforço coletivo de todas as mulheres do assentamento. As integrantes da Associação já estão planejando ações importantes, como o plantio de mudas, não apenas para fortalecer o extrativismo, especialmente para as gerações futuras, mas também para mitigar os problemas que tem ganhado força, como a escassez de água no assentamento. Nesse contexto geral, está evidente que não há como abordar a questão ambiental de forma isolada da questão social. Isso significa a compreensão da Educação Ambiental sob uma abordagem política e social (SORRENTINO; et al, 2005). Sobre isso, temos a fala da dona Pequi que menciona

La por enquanto ocorre somente a coleta. Mas podia elaborar mudas, fazer um espaço ali para você plantar no seu lote, e seria bom mesmo para ajudar nas nascentes também. E é processo que a gente pode tá trabalhando, de tá produzindo mudas, trazer outras mudas e que se adaptam ao clima, igual mangaba, a gente tem pouca. Mas é tudo um trabalho de formiguinha e que tem que mobilizar os outros também. A gente tem resistência, mas se a gente começar a bater na mesma tecla pra mostrar que aquilo pode dar certo. (entrevista concedida pela Dona Pequi, camponesa do assentamento Barreirinho).

As mulheres associadas que participaram da roda de conversa enfatizaram de maneira contundente a relevância fundamental da Associação e das atividades extrativistas não apenas como fonte de renda, mas também como agentes de conscientização das gerações mais jovens sobre a importância da preservação e da atenção ao ecossistema do cerrado para as futuras gerações.

Essa compreensão é uma parte essencial do legado que desejam transmitir aos seus filhos e aos jovens do assentamento. Por conseguinte, não é por mero acaso que essas

mulheres têm se dedicado a discutir estratégias e iniciativas para aprimorar a infraestrutura da Associação, pois reconhecem que essas melhorias estão intrinsecamente ligadas ao futuro bem-estar e desenvolvimento de suas famílias e comunidade. Como afirmou dona Pequi

é questão de conscientizar, igual tem uns jovens por aí, eles veem o que você está fazendo, de reflorestar, cuidando da nascente, então ele já vai tendo a consciência de que ele tem que dar continuidade, porque futuramente aquilo ali vai ficar pra eles, então, é uma forma muito boa da gente está conscientizando. (entrevista concedida pela Dona Pequi, camponesa do assentamento Barreirinho).

Com relação ao trabalho que ainda está por ser realizado na Associação, existe a possibilidade de as mulheres, em algum momento, envolverem a escola do assentamento, ou até mesmo a escola se engajar com as mulheres. À medida que a Associação se consolida no assentamento, a escola pode desempenhar um papel relevante de várias maneiras, sobretudo ao incorporar essas questões no conteúdo da sala de aula, nos projetos educacionais, nas reuniões com os pais e nas atividades extracurriculares, como também tem sido sugerido por Sorrentino et al. (2005).

Conforme as declarações das mulheres que participaram da roda de conversa, existem muitos planos em andamento, incluindo o fornecimento de alimentos produzidos para a escola do assentamento. Embora enfrentem inúmeros desafios devido à natureza recente da Associação, essas mulheres estão trilhando um caminho que já resultou em mudanças significativas e promissoras. Entre essas mudanças significativas, destaca-se a emancipação das mulheres, que atuam e se reconhecem como camponesas e extrativistas. A implementação da atividade extrativista visa não apenas gerar renda e emprego para as mulheres e jovens do assentamento, mas também contribuir para a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento integral do próprio assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressalta a importância do trabalho extrativista realizado pelas mulheres no assentamento, enfatizando como ele contribui para a melhoria das condições de vida no campo e para a ampliação da consciência das mulheres em relação ao seu papel

na sociedade e, sobretudo, na comunidade local. No entanto, também evidencia que nada disso seria possível sem a devida atenção ao cuidado com o meio ambiente, uma preocupação que permeia as atividades cotidianas dessas mulheres.

As mulheres do assentamento reconhecem que ainda há muito a ser conquistado e superado. Além das barreiras de preconceito que persistem, há a necessidade de desenvolver estratégias de comercialização para garantir que haja produtos disponíveis na feira todos os fins de semana, proporcionando uma renda regular e fortalecendo a credibilidade da Associação. É fundamental notar que essa organização depende fortemente de uma infraestrutura aprimorada no assentamento, especialmente o acesso à energia elétrica em todas as residências. A falta de eletricidade impede a realização de diversas atividades, incluindo a produção de itens que frequentemente necessitam de refrigeração. Sem eletricidade, a variedade de produtos na feira é limitada, resultando em vendas reduzidas e, conseqüentemente, menor recursos financeiros.

É notável o discurso autônomo das mulheres associadas, que se veem como capazes de lidar com as demandas do campo e colher os benefícios de seu trabalho. Além disso, elas reconhecem a importância do cerrado não apenas como habitat para outras espécies, mas também como um elemento em suas próprias ações. Os produtos do cerrado podem ser comercializados, representando uma fonte de vida e subsistência. Embora haja uma falta geral de conservação do cerrado por parte dos assentados, as mulheres associadas que participaram das entrevistas têm consciência da importância da preservação e reconhecem a necessidade de educar outros membros da comunidade sobre a conservação do cerrado, promovendo uma forma coletiva de Educação Ambiental que respeita e se adapta aos ciclos naturais por meio do extrativismo, vislumbrando a sustentabilidade.

As mulheres associadas que foram entrevistadas se destacam como sujeitos políticos, econômicos e sociais, enfrentando o desafio de compartilhar seus sonhos e práticas em prol do bem-estar de todo o assentamento. No entanto, a responsabilidade de transformação não recai apenas sobre esse grupo de mulheres; é igualmente crucial que a sociedade civil engajada, o Estado desempenhe um papel ativo, implementando políticas públicas eficazes. Não basta apenas fornecer terra; é necessário garantir recursos para que

o trabalho na terra seja viável. Em última análise, as políticas públicas devem fortalecer e valorizar a contribuição social das mulheres para o desenvolvimento sustentável, tanto a nível local quanto regional.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, B. **A field of one's own: gender and land rights in South Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994

BAUER, M. W., & GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes. 2010

BOJANIC, Alan. **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>. Acesso em 07/12/2017

BRANDÃO, C. R. **Comunidades Aprendentes**. In: FERRARO JÚNIOR, L. & SORRENTINO, M. (Orgs.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília – MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2005, pp. 85-91.

CARRAZZA, Luiz Roberto. **Produção e comercialização de produtos agroextrativistas do Cerrado no PPP-Ecos: avanços, limites e desafios**. In: LOBO, Andreia; Figueiredo, Izabel.; ANDRADE, Karenina (Orgs.). Sementes lançadas, frutos colhidos: o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais. Brasília. 2010. p. 87-109.

FERNANDES, Thiara; MOTA, Dalva Maria. **É sempre bom ter o nosso dinheirinho: sobre a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba no Pará**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 no.1 Brasília Jan./mar. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, Presidente Prudente, a. 9, n. 8, p.1-28, jan./jun., 2006.

LISBOA, Teresa Kleba. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA Maria Glória. **A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014

OLIVEIRA, Antônio Dimas Simão de; MAYORGA, Maria Irles de Oliveira. **Os impactos da participação do atravessador na economia do setor agrícola:** Um estudo de caso. XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

PERROUT, Michelle. **Os excluídos da História operários, mulheres e prisioneiros.** 7ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1988

QUADROS, Imara P. **Palavras científicas sonhantes em um território úmido feito à mão:** a arte popular da canoa pantaneira. Cuiabá: 2013, 372f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMT.

SATO, Michele; PASSOS, Luíz Augusto. **Notas desafinas as desafinadas do poder e do saber: poder e do saber:** poder e do saber: qual a rima necessária à qual a rima necessária à Educação Ambiental? Contrapontos - volume 3 - n. 1 - p. 9-26 - Itajaí, jan./abr. 2003

SANTOS, Edna de Laet Ferreira; MEDEIROS, Heitor Queiroz de; SILVA, Carolina Joana da. **Educação Ambiental e diálogo de saberes em região de nascentes do pantanal:** reserva do Cabaçal, Mato Grosso, Brasil. Ciênc. Educ., Bauru, v. 19, n. 4, p. 879-896, 2013.

SANTOS, Elizana Monteiro dos; SANTOS, Reisana Costa dos; SANTOS Evelaine Monteiro dos. **Mulheres Camponesas Plantando o Futuro:** o desafio da organização do grupo de mulheres camponesas para a produção agroecológica no Assentamento Barreirinho de Unaí – MG. VI Congresso Latino Americano de Agroecologia, X Congresso Brasileiro Agroecologia e VI Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno. 12 a 15 de setembro de 2017.

SORRENTINO, Marcos; TRAIBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO Junior, Luiz A. **Educação Ambiental como política pública.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n2 maio/ago. 2005

TONINI H, Borges RA. **O extrativismo da castanha-do-brasil na região do Baixo Rio Branco (RR).** Boa Vista: Embrapa Roraima; 2010. 20 p.

TOLEDO, A.; LISBOA, T. **O sexo da pobreza brasileira.** Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011 (ISSN 2177-8248).

ZAPATA, E. **Microfinanzas y empoderamiento de las mujeres rurales.** México: Plaza y Valdés, 2003.